

PRIORIDADE À VACINAÇÃO DOS TRABALHADORES DOS SERVIÇOS ESSENCIAIS

Os trabalhadores das autarquias locais têm estado, desde a primeira hora, na linha da frente de combate à pandemia da Covid-19. Aliás, é hoje bastante perceptível por todos o quão importante é o trabalho de proximidade. Não é por acaso que as Freguesias e os Municípios têm sido sistematicamente chamados a colaborar com o Governo e com os diversos organismos da Administração Central neste último ano, especialmente nas áreas da Saúde, da Proteção Civil, da Educação e da Ação Social.

Neste contexto extraordinário, em que vivemos períodos de confinamento mais severos, houve a possibilidade de muitos trabalhadores continuarem, com todo o seu empenho e dedicação, a cumprir a sua missão pública em teletrabalho. Esta nova realidade, trouxe novas exigências à vida de cada um, com a exigência da conciliação da vida familiar com a vida profissional, transferindo o posto de trabalho para o seio do lar.

Mas muitos trabalhadores autárquicos, pela natureza das suas funções, continuaram a exercer a sua atividade do modo habitual. Os trabalhadores de serviços essenciais, com especial destaque para todo o universo dos serviços urbanos, continuaram a assegurar a prestação normal de funções tão nobres como a recolha do lixo, a limpeza urbana, o abastecimento de água, o saneamento, a manutenção de espaços verdes e vias de comunicação, a execução de empreitadas, os transportes urbanos, os serviços de proteção civil, segurança e saúde, entre outros. São serviços públicos importantes que não podem ser descontinuados nem sofrer nenhuma perturbação no seu normal funcionamento.

Também sabemos que na fase de desconfinamento estes trabalhadores continuarão, pela natureza destas funções, mais expostos ao risco de contágio.

Por isso mesmo, consideramos essencial que os trabalhadores autárquicos possam ser incluídos nos grupos prioritários no âmbito do plano de vacinação contra a Covid-19. Estamos igualmente conscientes de que a disponibilidade de vacinas é limitada e que continuará a ser limitada no curto prazo.

Nesse sentido, dirimos à Direção-Geral de Saúde um apelo e um convite para que, em conjunto com esta Câmara Municipal, se possa fazer um mapeamento dos serviços autárquicos mais relevantes e cujos trabalhadores se encontram mais expostos ao risco, de modo a que possam ser incluídos nos grupos prioritários de cada fase de vacinação do plano nacional.